

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.564 - MG  
(2019/0327398-5)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**REQUERENTE : ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADOR : KLEBER SILVA LEITE PINTO JUNIOR E OUTRO(S) - MG101800**  
**REQUERIDO : BENEDITO FERREIRA DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Jurisprudência interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento no art. 19 da Lei 12.153/2009, contra acórdão proferido pela 4ª Turma Recursal do Juizado Especial do Estado de Minas Gerais.

O requerente sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido, ao impor condenação de pagamento de honorários advocatícios à parte vencedora, assistida pela Defensoria Pública, violou o disposto na Súmula 421/STJ.

Ao final, requer "seja reformada a decisão da turma recursal do Juizado Especial da Fazenda Pública que condenou o Estado ao pagamento de honorários advocatícios à sua Defensoria Pública Estadual, em divergência com a Súmula 421 da corte de destino" (fl. 129e).

O presente Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei não merece ser conhecido.

Assim dispõe o art. 18 da Lei 12.153/2009, **in verbis**:

**"Art. 18. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.**

§ 1º. O pedido fundado em divergência entre Turmas do mesmo Estado será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça.

§ 2º. No caso do § 1º, a reunião de juízes domiciliados em cidades diversas poderá ser feita por meio eletrônico.

§ 3º. **Quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça**, o pedido será por este julgado.

(...)

Art. 19. Quando a orientação acolhida pelas Turmas de Uniformização de que trata o § 1º do art. 18 **contrariar súmula do Superior Tribunal de Justiça**, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência (...)"

# *Superior Tribunal de Justiça*

O Provimento 07, de 07/05/2010, do Conselho Nacional de Justiça, por sua vez, assim disciplina:

"Art. 12. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais da mesma unidade da federação sobre questões de direito material.

(...)

§ 3º **O recurso será dirigido ao Presidente da Turma de Uniformização e interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação da decisão que gerou a divergência**, por petição escrita e assinada por advogado ou procurador judicial".

Dos normativos supracitados, extrai-se que os Pedidos de Uniformização de Interpretação de Lei no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça, devem ser suscitados perante a Turma Recursal de origem, e exigem, como pressupostos, que a orientação acolhida sobre a lei federal pela Turma de origem, **em questão de direito material**, destoe de entendimento firmado por outra Turma de diferente Estado ou contrarie súmula do Superior Tribunal de Justiça.

No caso, como visto, a parte requerente busca discutir a aplicabilidade da Súmula 421/STJ, que trata de matéria eminentemente processual, cujo exame é inviável em Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI E JURISPRUDÊNCIA. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. CONTRARIEDADE À SUMULA 421 DO STJ. ALEGAÇÃO. CASO CONCRETO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. DESCABIMENTO.

1. Nos termos do art. 18, § 3º, da Lei n. 12.153/2009, o mecanismo de uniformização de jurisprudência e de submissão das decisões das turmas recursais ao crivo do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito dos juizados especiais da Fazenda Pública, restringe-se a questões de direito material, quando as turmas de diferentes estados derem a lei federal interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade a súmula do Superior Tribunal de Justiça.

2. 'Os honorários advocatícios possuem natureza tanto processual

quanto material (híbrida). Processual por somente poderem ser fixados, como os honorários sucumbenciais, no bojo de demanda judicial cujo trâmite se dá com amparo nas regras de direito processual/procedimental. Material por constituir direito alimentar do advogado e dívida da parte vencida em face do patrono da parte vencedora' (AgInt no REsp 1481917/RS, Relator(a) p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA, DJe 11/11/2016).

3. Hipótese em que os honorários de sucumbência conferidos à Defensoria Pública são destinados exclusivamente para a composição da parcela do Fundo Especial da Defensoria Pública dos Estados (FUNDEP), sendo tais verbas arrecadadas e repassadas pelos entes federados para o fim exclusivo de aparelhamento do órgão e capacitação profissional dos respectivos membros e servidores, não constituindo, pois, direito autônomo do defensor público e, por conseguinte, crédito de natureza alimentar, de modo que a natureza jurídica desse bem não pode ser considerada de direito material.

4. In casu, o pedido de uniformização de interpretação de lei federal teve seguimento negado, em virtude de a questão controvertida ser eminentemente de direito processual, consoante interpretação dos arts. 134 da Constituição Federal, 4º, XXI, da Lei Complementar n. 80/1994 e 1º, 2º e 7º da Resolução n. 1 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - CSDPE/2013.

5. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no PUIL 43/RO, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/02/2018, DJe 03/04/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **a**, do RISTJ, **não conheço** do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora